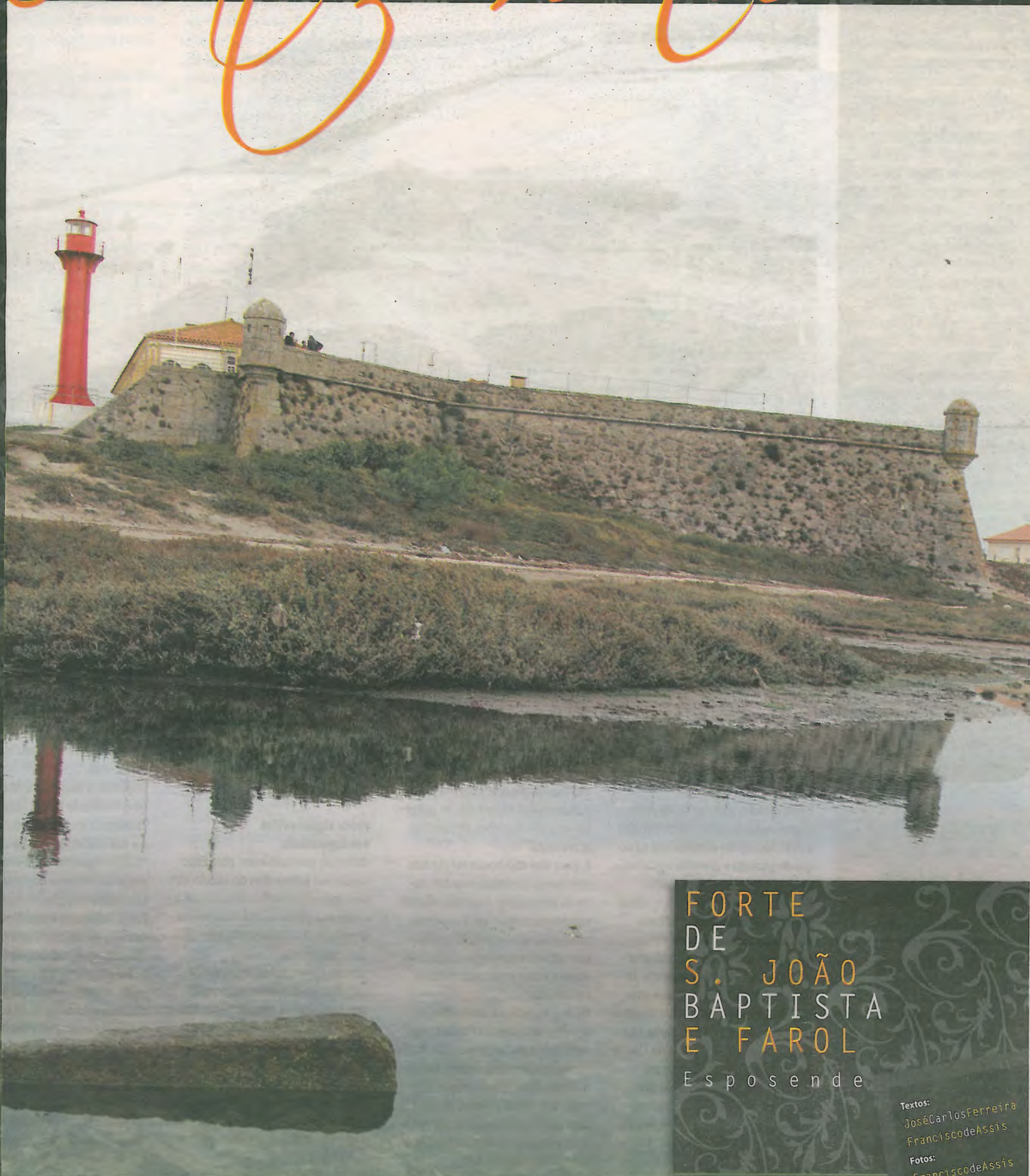


11 DE OUTUBRO DE 2007

Diário de Minho

Este suplemento faz parte da edição n.º 27920 de 11 de Outubro de 2007, do jornal Diário de Minho, não podendo ser vendido separadamente.

Património



FORTE
DE
S. JOÃO
BAPTISTA
E FAROL

Esposende

Textos:
José Carlos Ferreira
Francisco de Assis

Fotos:
Francisco de Assis



Introdução

O suplemento "Património" de hoje volta a estar à beira-mar, desta vez para falar do Forte de S. João Baptista e do Farol de Esposende. Se o suplemento anterior intitulado "Facho e Capela da Bonança" estabelecia uma relação entre o facho em si, a fé na Virgem e a etnografia, através das marcas dos pescadores, o desta quinta-feira concentra-se na construção, nas funções antigas, no futuro do Forte e no farol.

Nesta edição, vamos abordar as circunstâncias e contexto em que D. João IV deu ordens para a edificação de fortes para proteger os barcos portugueses que eram constantemente atacados por piratas, o mais conhecido dos quais o inglês Sir Francis Drake. Foram construídos fortes em toda a costa portuguesa, destacando-se, a norte, os de Esposende, Viana do Castelo e Vila do Conde.

Ao longo dos anos, mais uma vez por acção da dinâmica da natureza, o mar ficou cada vez mais afastado e o forte perdeu a sua função de defesa, porque deixou de estar «onde a terra acaba». Hoje vamos ver que o assoreamento da barra de Esposende é um problema de séculos e como nasceu o imposto do "enganamento".

Com excepção do farol, com equipamentos modernos, o Forte é hoje uma estrutura "morta". Para aproveitamento do espaço, pertença do Ministério da Defesa, já houve muitos projectos. O mais emblemático foi, provavelmente, a possibilidade de um "Aquarium", ideia do arquitecto Pádua Ramos.

A partir da próxima semana, este suplemento será publicado à sexta-feira

A costa portuguesa foi um alvo apetecível, sobretudo a partir do século XVI, da pirataria, que atacava, não só os portos, mas também os barcos que por aqui navegavam. Segundo os estudos elaborados pelos investigadores, a situação feroz de tal forma frequente, que levou o rei D. João IV a construir vários fortes, com o objectivo de proteger as populações e as embarcações. Bernardino Amândio afirma, no seu trabalho "O Forte de S. João Baptista e o Farol de Esposende", que «a costa portuguesa, os seus portos e as

Pirataria na costa portuguesa levou à construção de fortes



> Há notícia de ter havido confrontos com corsários na costa de Esposende

frotas que navegavam ao largo das suas extensas praias, entre a foz do rio Minho e do Guadiana, sofreram o assédio dos corsários franceses, holandeses, ingleses, espanhóis e ainda das muito aguerridas e mortíferas setias argelinas ao longo dos séculos.

E este assédio, acrescenta, «teve particular virulência nos séculos XVI, XVII e XVIII, não sendo estranho em tal acção de pirataria o domínio espanhol de Portugal entre 1580 e 1640».

O mesmo investigador refere ainda numa outra obra da sua autoria, intitulada "Mareantes dos 'Portos Marítimos da Província do Minho' – Séculos XVI a XIX: Os Estaleiros de Portugal em 1860-1865", que «por meados do século XVI, os mareantes dos portos de Caminha, Viana, Darque, Esposende, Fão e Vila do Conde foram assediados pela pirataria francesa, o que motivou medidas de excepção por parte» do rei de Portugal «junto das populações de Entre-Minho-e-Douro».

Segundo explica, «notificações, avisos, estatísticas de actos comprovados de pirataria foram apresentados localmente por legítimos representantes do Rei em termos que levavam até à proibição dos navios

de comércio marítimo de navegarem para poente dos seus portos de armamento».

«Não escaparam os navios da frota real ao assédio dos piratas franceses, havendo mesmo controlo por parte das autoridades portuguesas das movimentações em portos franceses dos navios que se apresentavam para as acções de corso», acrescenta.

E, para que não houvesse dúvida nos mareantes mais incautos, salienta Bernardino Amândio, «foram mesmo remetidas para os portos portugueses relações de navios portugueses apresados pelos franceses e vice-versa como natural revindicta».

No fundo, realça o investigador, «os Descobrimientos Portugueses determinaram larga movimentação de navios de transporte de forças militares e de comércio que, especialmente estes últimos, abriram uma apetência que, para além dos franceses, incluía também ingleses, holandeses e espanhóis».

No seu trabalho "O Forte de S. João Baptista e o Farol de Esposende", o investigador conta mesmo que «os confrontos, os assaltos de pirataria a povoados costeiros e aos seus por-

tos, o rapto como reféns de pescadores, agricultores e outras pessoas residentes nas proximidades do mar vão-se repetindo e, exemplo é a notícia de um combate naval entre dois navios corsários franceses e uma caravela portuguesa por alturas de Esposende».

Frota significativa em Esposende

Olhando, precisamente, para Esposende nos primórdios do século XVI, Bernardino Amândio salienta que a então vila possuía uma frota muito significativa, «comandada por ousados mareantes». «Embora com reduzida presença, surgem nos documentos consultados citações a mareantes de Fão, como o caso de Afonso Anes de Fão, piloto da nau Carmo, dedicado ao tráfico de escravos em 1532», afirma o investigador na sua obra "Mareantes dos 'Portos Marítimos da Província do Minho' – Séculos XVI a XIX: Os Estaleiros de Portugal em 1860-1865".

Ainda segundo Bernardino Amândio, é «de impressionar a quantidade de mestres e marinheiros que Esposende ainda possui em 1680, malgrado a pilhagem que em 1639

o rei Filipe III ordenou se fizesse à ainda volumosa frota das caravelas de Esposende, fazendo-a conduzir à Galiza». «Era de 180 o número de mestres e marinheiros existentes em Esposende e no seu Termo», acrescenta.

Segundo o historiador Manuel Albino Penteadado Neiva, Esposende conseguiu mesmo o estatuto de vila e a sua autonomia de Barcelos, em 1572 porque tinha um excelente porto de mar e de construção naval. Uma das alegações apresentadas ao Rei D. Sebastião é que o porto teria cerca de 80 barcos de grande porte. «Eu julgo que nunca teríamos tido um porto para ter 80 barcos de grande porte, agora é natural que fossem registados aqui cerca de 80 barcos, que estariam no comércio marítimo e na navegação costeira», disse.

O historiador salienta, assim, que o rio Cávado tinha uma actividade marítima por excelência. No entanto, já no século XVII, nota-se alguma decadência dessa frequência de barcos neste estuário devido ao assoreamento, iniciando-se aqui as primeiras exigências para que fossem retiradas as areias. Uma reivindicação que ainda se continua a ouvir nos dias de hoje.

Forte de S. João Baptista

começou a ser construído em 1699

O início da construção do Forte de S. João Baptista na foz do rio Cávado data de 1699, quando se encontrava no trono o rei D. Pedro II. Segundo o historiador Manuel Albino Penteadado Neiva, esta estrutura foi edificada «num momento em que Portugal tem um tráfego intenso a nível de mercadorias». «Sabe-se que no final do século XVII e princípio do século XVIII começa a afluir aqui o ouro do Brasil. Toda esta costa passa a ser uma auto-estrada de barcos e a pirataria intensifica-se. Como havia a necessidade de proteger os nossos navegantes, isto é, pescadores e marítimos em geral, era urgente que se construísse aqui um sistema de defesa para, no caso dos nossos barcos estarem a ser perseguidos, poderem sair daqui logo umas bojudas para os proteger», acrescenta.

Assim, surge a decisão régia de se construir um forte na foz do rio Cávado, nomeadamente em Esposende, que iria receber como patrono S. João Baptista.

Na sua obra "O Forte de S. João Baptista e o Farol de Esposende", o investigador Bernardino Amândio afirma que «os alicerces para a construção do Forte de Esposende foram mandados abrir em 1699, presumivelmente pelo Mestre de Engenheiros Manuel Pinto Villa-Lobos, natural do Porto, Tenente-General de Artilharia, com exercício de engenheiro nas fortalezas da Província de Entre o Douro e Minho», tendo sido também «professor da Aula de Fortificações na Vila de Viana, onde faleceu a 11 de Março de 1704». No entanto, acrescenta o investigador, subsiste uma dúvida que é o facto de terem sido três pessoas a usarem o nome de Manuel Pinto Villa-Lobos, todos ligados a construções militares e ligados por laços familiares, sendo avô, pai e filho, nascidos, respectivamente em Évora, Porto e Viana.

Entretanto, iniciadas as obras em 1699, Bernardino Amândio sustenta que a «urgente reparação das praças raianas do rio Minho fez retardar a conclusão do Forte de Esposende para 1702», tendo sido «designado como mestre de obras Pedro da Rocha Valle, natural de Sôpo, Vila Nova de Cerveira, que viria a ser vedor do aqueduto do Convento de Santa Clara de Vila do Conde».

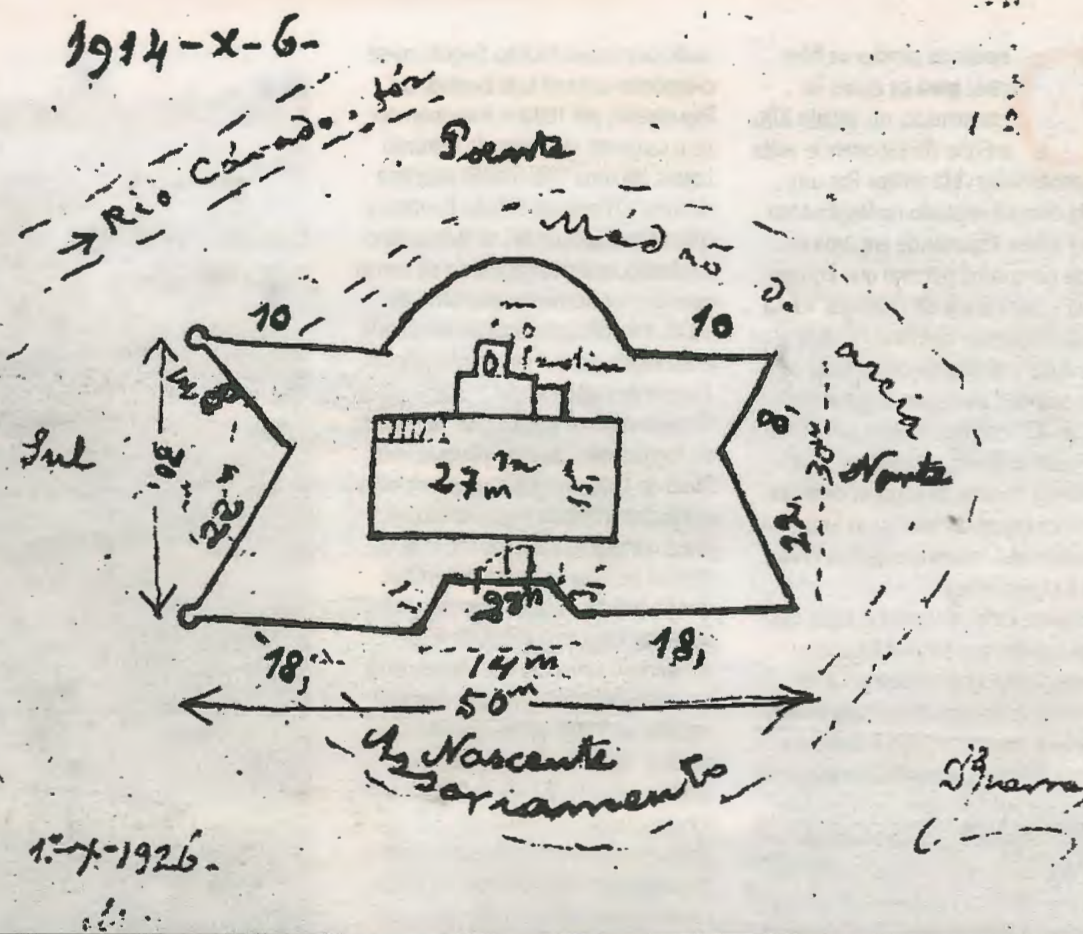
Planta em forma de estrela quadrilátera

Nesta sua obra, Bernardino Amândio dá também a conhecer duas descrições do Forte de S. João Baptista, uma de Silva Brandão, datada de 1757, e outra de Figueiredo da Guerra, de 1926. Segundo Gonçallo Luís da Sylva Brandão, na sua obra "Topographia Da Fronteyra, Praças e Seus Contor-

nos, Raya Seca, Costas e Fortes da província de Entre Douro e Minho" citada pelo investigador, «mostra-se a barra de Esposende, seu Forte, que as areias vão absorberbando, feito de alvenaria de pedra e cal, com cunhais e cordão de cantaria e plataforma para o mar, capaz de jogar oito peças de artilharia». Curioso será de notar que o desenho que faz do forte apresenta uma plataforma rectilínea.

Já em 1926, no desenho de Figueiredo da Guerra esta plataforma é circular. «Quem terá razão? Um exame ao que resta do Forte de S. João Baptista mostra-nos ainda hoje uma plataforma rectilínea semelhante à que nos apresenta Silva Brandão, apenas alterada nos seus extremos agora delimitada em ângulos de 90 graus. Terá porventura sido alterada a sua traça original?», questiona Bernardino Amândio.

Feito este reparo, é também importante mostrar a descrição deste forte efectuada por Figueiredo da Guerra, também citada no trabalho "O Forte de S. João Baptista e o Farol de Esposende". Segundo conta, o forte, «de planta em forma de estrela quadrilátera, compunha-se de cinco baluartes, sainda da cortina ocidental uma bateria avançada, semicircular, hoje arra-



> Desenho do Forte de Esposende feito por Figueiredo da Guerra



> Interior de uma das vigias do forte



> O mar deveria chegar junto ao forte

sada, que vantajosamente defendia a barra de Esposende e as ligeiras setias argelinas [barco comprido, afilado e de boca aberta, de vela e remos usado no Mediterrâneo] bem conheciam o alcance da sua artilharia». «A entrada única, voltada ao nascente, fazia-se por largo portal, de dois metros de anchura, com arcos de aduela e encimado por escudo das quinas e orla de sete castelos,

cobertos pela coroa real; ladeavam as armas portuguesas dois tenantos simples, ou suportes em "S" um dos quais ainda existia em 6 de Outubro de 1914. A altura das muralhas era de 8 metros, com 18 fiadas de cantaria até à gola. O seu comprimento, na face norte-sul, era de 50 metros e a largura da face nascente-poente de 30 metros», relata, acrescentando ainda existirem armazéns aboba-

dados, arrecadações, a residência do governador do forte e duas cisternas para abastecimento de água. Já nos finais do século XVIII, afirma o historiador Manuel Albino Penteadado Neiva, a foz do rio Cávado conhece uma fase de assoreamento muito grande e, «com esta invasão das areias, Esposende pode ter ganho uma excelente praia, mas o Forte de S. João Baptista perdeu a dinâmica

do monumento militar». Aliás, o mais grave desmantelamento deste forte ficou a dever-se às obras de encanamento do rio Cávado, em 1795, um projecto de Custódio José Gomes de Vilas Boas. A obra iniciou-se, mas nunca acabou, tendo sido criado um imposto especial para o efeito, intitulado "imposto do encanamento", que foi apelidado pelo povo como o "imposto do enganamento".

CAPITÃO DE ESPOSENDE COMANDAVA A COSTA NORTE

Guerra civil do século XIX deu nova vida militar ao Forte

Depois de perder as funções para as quais foi construído, no século XIX, o Forte de Esposende volta a ganhar nova vida militar. Por um lado, como é relatado no Regimento dos Fachos, Esposende era uma espécie de quartel general que comandava a costa norte de Portugal, «uma linha de fachos» de Vila do Conde a Viana do Castelo; por outro lado, com a guerra civil do segundo quartel do século XIX, entre os irmãos príncipes D. Pedro, o liberal, e D. Miguel, o absolutista, o Forte de Esposende volta a ter um papel de relevo nas lutas, impedindo o desembarque de uma das facções bélicas.

É interessante constatar o rigor que era exigido na patrulha da costa norte, ou não estivessemos num período conturbadíssimo da nossa História. Num primeiro momento, para impedir a entrada de embarcações inimigas ou apenas suspeitas, e num segundo momento, para impedir a chegada da epidemia de «cólera-morbus», que assolava Espanha, em particular a Galiza. O «Regimento dos Fachos», de 1831, e algumas circulares anexas, documentos de Domingos José Ferreira, tenente do Facho de Averomar, publicação de Mário César, Póvoa de Varzim, é uma obra de grande valor, pelo pormenor das informações ali relatadas.

Os tenentes colocados na linha de fachos estavam obrigados a fazer a vigia de dia e de noite, observando as embarcações que navegavam no mar, a sua direcção e as paragens. Enfim, eram analisados todos os movimentos. «Desde o pôr do Sol, até ao amanhecer do dia seguinte mandarão rondar a praia para o Norte e Sul dos Fachos para obter conhecimento dos acontecimentos que podem haver». Num dos pontos do regulamento, os homens de D. Miguel, então rei de Portugal, chamavam a atenção para as «embarcações de maior vulto e de armação redonda», para ver se não deitavam lancha com gente armada. Perante a denúncia do relaxamento de alguns dos tenentes do facho, o capitão-mor de Esposende, «Comandante da Linha de Fachos da borda mar», resolveu passar revista aos ditos fachos da Bonança até às Cachinas. Curiosamente, apesar das rigorosas recomendações, apenas o tenente comandante do Facho de Aguçadoura estava no seu posto. Furioso, ameaçou que, da próxima vez, quem abandonasse o seu posto sem a devida licença, entre outros castigos, ia fazer serviço para os fachos desde Viana até Caminha.

Novo artilhamento do Forte em 1832

Entre 1795 e 1807, o Forte ou Castelo de São João Baptista foi gover-

nado por Lopes Picado. Seguiram-se o tenente-coronel Luís Evaristo de Figueiredo, até 1820; e, interinamente, o sargento de artilharia António Lopes. Há uma informação preciosa do livro «O Forte de S. João Baptista e o Farol de Esposende», de Bernardino Amândio, que nos dá a ideia de como estava o monumento em Julho de 1820. A fortificação estava «arruinada e assoreada, possuindo as munições de 3 peças de calibre 3 e 6».

O mesmo autor volta a falar do estado da fortificação, quando diz que, «em Maio de 1832, em plena guerra civil, o Forte, desartilhado e assoreado, não tinha condições para resistir, mas os receios de um eminente desembarque liberal nas praias nortenhas, uma vez mais, fez com que o Forte fosse revitalizado, procedendo o governador à sua recuperação e ao artilhamento das antigas fortificações não desmanteladas». Recorde-se que, parte da fortificação tinha sido demolida para a construção do referido canal.

Antes, em Novembro do ano anterior, o governador da província mandara construir uma barreira provisória, dando ordem ao Arsenal de Lisboa para artilhar o forte com duas peças. No dia 3 de Junho de 1832 é concluída a construção da bateria e um mês depois encontram-se instaladas as peças, «e o forte é guarnecido com Milícias do Regimento de Viana do Castelo». Curiosamente, quando se pensava que entrara numa nova era com muita actividade, felizmente, a bem da paz da nação, a resistência não foi muita e, como escreve Bernardino Amândio, em 1834, o forte estava sem governador «só com a guarnição composta por veteranos a comandar até 1884, data em que, em definitivo, foi abandonado para fins militares». As críticas ao estado dos fortes em geral são antigas e vêm de diferentes proveniências. Penteadó Neiva entende que era necessário que as entidades locais e nacionais se sentassem à mesa e se entendessem quanto ao futuro do Forte de Esposende, «que deveria ser visitável».



> As marcas de uma estrutura militar continuam



> O muro de suporte e protecção do mar



> O muro, em estilo quebra-mar, perdeu a sua funcionalidade

PROJECTO AMBICIOSO CONSERVAVA O MONUMENTO E TERIA FINS PEDAGÓGICOS

Forte de S. João Baptista pensado para aquamuseu

É ponto assente que o Forte de S. João Baptista é um monumento que não pode ser abandonado. Mas mais do que não permitir o abandono, é importante que seja preservado e atribuída alguma utilidade. Entre os vários projectos pensados, Albino Penteado Neiva entende que o melhor de todos seria a criação de um aquamuseu, isto é, um aquário com fins essencialmente pedagógicos. Este antigo vereador da Câmara Municipal de Esposende considera que, de uma vez por todas, é preciso encarar os monumentos nacionais como um verdadeiro património. «Deve ser preservado porque faz parte da história e da memória dos povos». Penteado Neiva considera a opção Museu do Mar ou Aquamuseu «uma solução espantosa», porque, no fundo, «era voltar a dar a este espaço uma função ligada ao mar».

Trata-se de um projecto, que esteve quase finalizado, da autoria do arquitecto Pádua Ramos. «Ele próprio se empenhou em desenhar uma coisa boa para este monumento. E o que estava projectado era um espaço ligado a um museu, isto é, um aquário, para espécies autóctones, essencialmente para fins pedagógicos. Curiosamente, tudo isto muito antes da criação do aquamuseu de Vila Nova de Cerveira, que é um excelente aquário», explicou.

Albino Penteado Neiva recorda que o Forte de Esposende é o único espaço no distrito de Braga que tem costa ligada ao mar. «O distrito de Braga é jovem, é grande e tem universidades que fazem investigação de qualidade. Ou seja, este espaço estaria ligado à investigação da Universidade do Minho (UM)», concordando que poderia ser uma nova área de investigação na área da oceanografia da academia minhota. Até porque, acrescenta, «temos aqui os chamados recifes, ou Cavalos de Fão. Não se pode esquecer que todo o estuário do rio Cávado é Parque Natural, este edifício está dentro da área do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade. A conservação da natureza também passa por conservar os edifícios inseridos na área protegida. E isto não está a acontecer», atirou.

Este responsável afirma que o centro de investigação ligado ao mar teria, além do aquário, espaços de lazer, um bar de apoio que pudesse ajudar na manutenção, entre outras valências. A verdade que é o projecto foi abortado porque nunca houve entendimento entre a autarquia e o Ministério da Defesa. «É uma pena



> O aquamuseu encontraria aqui condições ideais



> As actuais instalações do farol teriam outras funções



> O aquamuseu teria funções de investigação e pedagógicas

porque seria uma forma de valorizar o espaço e as espécies. E para já não se vislumbram nenhum outro projecto para dar uma saída feliz a este património. Está moribundo, mais à espera de velório do que de ressurreição», lamentou.

Hipótese pousada não foi avante

O Forte de Esposende chegou a estar na lista dos imóveis que o Estado queria vender. Durante algum

tempo, entre outras possibilidades, esteve a hipótese de uma pousada, como a de Vila do Conde. «Tem uma vista espantosa, é próximo do mar e do rio, o estuário é lindíssimo e é um grande miradouro. É um espaço onde se sente prazer em estar».

De facto, aquilo que, à primeira vista poderia ser um sucesso garantido, os estudos de viabilidade económica indicaram que se trata de um edifício demasiado pequeno para ter rentabilidade. Isto é, será que havia uma

justificação económica para recuperar o forte? A resposta terá sido negativa e a hipótese pousada foi abandonada. Entretanto, com as Pousadas de Portugal entregues a um grande grupo económico, pode ser que volte à carga. Segundo este antigo vereador, a autarquia esteve prestes a encetar estudos para aquisição do edifício e, em troca, dava apartamentos à Marinha, uma vez que os faroleiros precisavam de instalações próximas. Porém, como os faroleiros já não

vivem no forte, essa permuta já não faz sentido, obrigando a uma nova moeda de troca. «Se a Câmara adquirisse este património e o defendesse, ficaríamos todos a ganhar. Se o País ficaria a ganhar, obviamente que também o Ministério da Defesa ficaria a ganhar, já que a Marinha também é País», argumentou, sugerindo que o edifício fosse entregue à Câmara, mediante um protocolo de dezenas de anos, para instalar o projecto aquamuseu ou outro.

PRIMEIRO FAROLIM DA BARRA DE ESPOSENDE É DE 1866

Forte deixa funções militares e passa a orientar os mareantes

Até meados do século XVIII, o Forte ou Castelo de S. João Baptista tinha funções de proteger os barcos dos ataques dos corsários. Durante o século XIX, voltou a ter funções militares, ainda que de menor importância, até pelo estado da estrutura e pelos poucos meios militares ali colocados. E é a partir do final do século XIX que passa a ter funções essencialmente de orientação, ganhando uma nova dinâmica, mas sempre ligada à vida marítima. Cessa funções militares para servir de orientação aos mareantes. A instalação de um farol era importante, uma vez que o mar de Esposende sempre foi perigoso e continua a sê-lo. São conhecidos os Cavalos de Fão onde, ao longo dos séculos se afundaram dezenas e dezenas de navios. Mal entram no recife ficavam e não havia hipótese de fugir. Incidentes que, ainda hoje são registados com alguma frequência.

É neste contexto que se resolveu colocar uma luz de porto, o primeiro esboço do farol. «Em Dezembro de 1866, recebia a barra de Esposende, uma luz de porto ou farolim lenticular montado no seu respectivo candelabro de ferro, colocado no antigo forte à entrada da barra», escreve Teixeira de Aguiar, na sua publicação "O Farol de Esposende".

Trata-se de uma afirmação do engenheiro maquinista da Armada, Carlos Augusto Pinto Ferreira, a propósito de uma visita à Exposição Universal de Paris, em 1867, numa "Breve dissertação sobre Pharoes", feita em 1868.

Por sua vez, Bernardino Amândio, no livro "O Forte de S. João Baptista e Farol de Esposende", refere que o projecto de aluminação e balizamento dos portos do Continente do Reino, vai exigir a construção de edifícios com evidentes alterações na traça do velho Forte de Esposende, imediatamente a seguir a 1882, com a «prévia instalação, em Esposende, de uma luz de porto, orçada a construção do edifício em 21.400 reis e a aquisição de equipamentos em 438.600 reis».

O primeiro farolim era uma luz vermelha com alcance de sete a oito milhas, em boas condições atmosféricas.

Teixeira de Aguiar diz que, no discurso de abertura da sessão de 28 de Julho de 1881 da Comissão de Faróis e Balizas, o conselheiro Guilhermino Augusto de Barros, seu presidente falava nestes termos. «(...) os pharolins dos

concelhos de Vianna e Esposende estão como de uso ao ar livre e nasceram de exigências de ocasião, destinando-se o segundo a enfiar com uma luz que nunca se colocou».

Das primeiras luzes a petróleo

O mesmo autor explica que a luz que existia em Esposende e que foi precursora do farol era, «curiosamente, uma das primeiras luzes a petróleo, juntamente com as instalações de Viana do Castelo, Ericeira, Belém, Medo Alta (na margem direita do rio Guadiana), Forte do Ilhéu, na Madeira, e Ponta Delgada (São Miguel), [na região Autónoma dos Açores]. Até então, o combustível normalmente utilizado fora o azeite», explica.

Uma mudança de combustível que acabou por ser a primeira grande inovação no Farol de Esposende. O petróleo dava uma luz mais forte, melhorando a navegação na costa de Esposende.

De facto, a partir de 1893, deu-se início a grandes melhoramentos nos aparelhos. O farolim de Esposende estará entre os muitos pedidos fei-

tos ao Ministério das Obras Públicas nessa data.

Há uma data e um acontecimento que marcam a história do farol de Esposende. Foi quando as forças vivas da cidade, nomeadamente a Associação Comercial e Industrial de Esposende (ACIE), em sessão extraordinária de 28 de Janeiro de 1913, fez um pedido ao Ministério da Marinha. No ofício, os signatários davam conta da «falta que nesta costa marítima faz um farol que substitua com vantagem o actual farolim desta barra, o qual pouquíssimo aproveita a navegação».

Na missiva, a ACIE justificava assim o pedido: «de todos os profissionais do mar conhecido é o valor quase nulo do farolim, cuja luz rubra, de fraca intensidade e escuridade, ainda pela sombra das montanhas que lhe ficam ao fundo e próximas, se torna pouco perceptível (...)». Uma pressão que viria a dar os seus frutos, mas não tão cedo quanto era esperado. Em 1920 houve melhoramentos nas instalações, seguiu-se a construção do actual farol, mas a luz em si demoraria ainda alguns anos a ser melhorada.



> O forte passou a ter funções informativas



> O primeiro farol é de meados do século XIX



> Com o afastamento do mar, construiu-se uma nova estrutura

Farol de Esposende foi encomendado em França

A estrutura metálica do actual Farol de Esposende foi encomendada a uma empresa sediada em Paris, capital da França, sendo ainda hoje possível ver a placa da firma junto à porta.

Na sua obra "O Forte de S. João Baptista e o Farol de Esposende", Bernardino Amândio conta ter sido em 1921 que foi encomendada à firma "Barbier, Bénard et Turenne" «uma torre de ferro com lanterna iluminando 270°, com sete metros de altura focal, destinada a receber um aparelho de 5.ª ordem de luz fixa, e comportando por cima da lanterna uma disposição especial para uma sereia dupla». Na altura, acrescenta, foi ainda encomendada à mesma empresa «uma sereia dupla do tipo "Millot", accionada por motores de 40 cavalos a petróleo».

Segundo o investigador, foi em 1925 que as obras de montagem da nova estrutura acabaram e, «desde então, o farol manteve-se em funcionamento com a mesma estrutura metálica, exceptuando os dois tubos mais elevados com aberturas ovais dirigidas para o oceano para uso do sinal sonoro», que foram retirados em 1978.

O investigador revela que a razão para esta retirada dos tubos, «que no ponto mais elevado da torre metálica de 7 metros abriam a sua bocarra para dar mais volume ao sinal sonoro de aviso aos navegantes dos baixios que se alongam perigosamente junto à costa esposendense, foi a sua transferência para o molhe da barra».

«E tal mudança resultou de insistentes pedidos dos moradores das proximidades e de frequentadores da foz do Cávado e praias próximas, pelos incómodos que causava tão imenso barulho», acrescenta.

No entanto, salienta Bernardino Amândio, a retirada da ronca, assim conhecida pelas pessoas de Esposende, «não deixou de criar um certo saudosismo nos esposendenses por entenderem que aquelas bocarras voltadas para o mar representavam como que um ex-líbris da foz do Cávado e Praia de Suave Mar».

Aviso aos navegantes

A mudança efectuada, com a instalação da nova estrutura metálica e respectivo aparelho, motivou um aviso aos navegantes, datado de 9 de Março de 1925, oriundo da Direcção de Faróis.

Neste aviso, publicado em "O Forte de S. João Baptista e o Farol de Esposende" comunica-se o seguinte:

"A partir de 10 de Abril do corrente ano, começará a funcionar, em Esposende, na mesma situação da actual luz fixa vermelha, uma luz fixa branca de 10 milhas de alcance, em transparência média atmosférica, instalada numa torre circular de ferro, pintada de vermelho, encimada por uma plataforma com varandim, colocada sobre a lanterna do farol, onde serão alojados dois pavilhões das sereias do sinal de nevoeiro, ficando o plano focal da luz a 12 metros acima do nível médio do Oceano, aproximadamente».

Para melhorar o Farol de Esposende foi adquirido em 1926 um novo aparelho óptico, novamente à casa "Barbier, Bénard et Turenne", «iluminando 270°, com reflector catadióptrico de 90°, continuando o aparelho iluminante a ser um candeeiro de petróleo, mas de 2 torcidas», conta Bernardino Amândio, acrescentando que, desta forma, o alcance foi aumentado de 11 para 13 milhas.

Já em 1938, o Farol de Esposende deixou de ser alimentado a petróleo, para ser electrificado por ligação à rede pública. Segundo Teixeira de Aguiar, no trabalho intitulado "O Farol de Esposende", «a luz passou então a ser de relâmpagos, com um alcance de 22 milhas. Hoje, segundo o Faroleiro Sub-Chefe, José Manuel Campos dos Reis, o Farol de Esposende «é completamente automático, possuindo uma célula fotoeléctrica que faz com que ele ligue e desligue por ele próprio». O farol, acrescenta, «tem uma característica de relâmpagos simples, com um período de cinco segundos e tem o alcance de 21 milhas», ou seja, cerca de 34 quilómetros.



> O Farol de Esposende tem cerca de sete metros de altura focal



> O farol produz relâmpagos simples com um período de cinco segundos



> O Farol de Esposende é uma das raras torres metálicas existentes em Portugal



> No portão de entrada para o Forte de S. João Baptista encontra-se uma pedra de armas com o Escudo Nacional esculpido em granito. Nele vêem-se as cinco quinas e os sete castelos.



> A "ronca" do Farol de Esposende foi retirada, tendo o aviso sonoro sido transferido para o molhe da barra. Actualmente, este é um sistema automático que dispara quando detecta que há fraca visibilidade devido ao nevoeiro.



> O Forte de S. João Baptista deve ter sido construído mesmo junto ao mar, para que as suas baterias fossem eficazes junto dos corsários. Hoje, verifica-se o assoreamento a que esta zona foi sujeita.



> Em 1946 houve algumas intervenções no Forte de S. João Baptista. Uma dessas obras foi a construção de um muro de protecção, tendo-se nele inscrito a data.



> O Farol de Esposende ostenta uma placa da empresa a quem foi encomendada a estrutura metálica. Trata-se de uma casa sediada em França e que pertencia aos engenheiros Barbier Bénard e Turenne.



> O desmantelamento mais grave que o Forte de S. João Baptista sofreu foi em 1795. Apesar de se ter retirado uma grande quantidade de pedras, a verdade é que ainda chegou até nós uma boa parte da estrutura primitiva.